



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



MONTEVIDÉU, URUGUAI, 5 DE MAIO DE 1997

Excelentíssimo Doutor Hugo Batalla, Vice-Presidente da República; Presidente do Senado e da Assembléia Geral; Senhor Deputado Carlos Baráibar, Presidente da Câmara de Deputados; Senhores Legisladores; Senhoras e senhores,

Agradeço a amabilidade de suas palavras de boas-vindas, que refletem de forma tão expressiva a amizade que une nossas duas Nações.

Sinto-me muito honrado ao ser recebido com tanta cordialidade e atenção na sede imponente deste Parlamento, instrumento vigoroso e respeitado da democracia uruguaia. Esta é a Casa de um povo que sempre se destacou, na América Latina, pelo seu apego aos valores democráticos.

Esta é, para mim, uma oportunidade única de falar ao povo uruguai por intermédio de seus legítimos representantes, que expressam uma rica tradição partidária e são parceiros na responsabilidade de conduzir este país de tão notável personalidade em nossa região.

Desta histórica tribuna quero dirigir uma saudação fraterna a esta Nação amiga. Quero dizer-lhe que o povo e o Governo brasileiros estão

decididos a fortalecer ainda mais os laços de amizade e de cooperação que os vinculam ao povo e ao Governo uruguaios.

Quero sublinhar aqui a mensagem que me tem guiado neste meu reencontro com o Uruguai: que esta minha visita possa ser vista como o início de uma nova e revigorada fase de diálogo e cooperação entre nossos países.

Que seja um símbolo de renovação, ao mesmo tempo que de continuidade, de uma amizade que tem sabido se fortalecer ao longo destes quase dois séculos de história e geografia compartilhadas.

O Brasil e o Uruguai têm hoje uma relação próxima, marcada pela boa vizinhança, pela convivência harmoniosa e solidária, pelos valores comuns e pelo mais cordial entendimento. Essa relação se traduz naturalmente em uma forte vinculação econômica, cujo benéfico efeito multiplicador se faz sentir nos dois países.

O que nos une não é apenas uma contigüidade geográfica que se transformou em história viva e em base para a aproximação diplomática. Temos também em comum um patrimônio de que poucos povos podem orgulhar-se: uma cultura da fronteira, desenvolvida ao longo de décadas de intenso e fraterno convívio das comunidades dos dois lados de uma linha divisória que une e aproxima em vez de separar.

Se me permitem, para não ser tão formal, desejaria acrescentar algo sobre a relação entre Brasil e Uruguai, e entre brasileiros e uruguaios. Recentemente, estive lendo a História de Rocha Pita, que escreveu no século XVIII um relato das grandezas do Rei de Portugal, narrando o processo da conquista portuguesa. Quando busquei o que dizia sobre o rio da Prata, encontrei que, em primeiro lugar, ele assinalava um erro: muitos confundiam o rio da Prata com o Paraguai, e isso, como sabemos, não é assim: é maior e é alimentado por outros rios. Porém, depois - e isso me parece ser a primeira aproximação ao sentimento dos brasileiros quando chegamos ao Uruguai -, ele se dirige a Sua Majestade, o Rei de Portugal, dizendo-lhe que não se pode imaginar o que sente alguém que se aproxime do Uruguai. Por seu clima, tem-se a impressão de estar mais próximo da Europa, e por seus frutos e sabores, sente-se que é um país agradável. Talvez essa seja uma descrição um pouco

simples, mas reflete a primeira impressão que os brasileiros experimentam ao chegar ao Uruguai. Sentimo-nos em casa - se me permitem dizê-lo -, mas em uma casa mais agradável, com um clima mais temperado e com frutos melhores que os nossos. Tudo isso traz como consequência uma espécie de encantamento: quando um brasileiro chega ao Uruguai, sente-se encantado. Eu me sinto outra vez assim por estar aqui, e não queria deixar de expressar este sentimento.

Devo dizer, também, que esta visita, cercada de todos os gestos de amizade e atenção próprios de uma visita de Estado, é fundamentalmente uma visita de trabalho no seu melhor sentido. Brasil e Uruguai têm uma densa agenda, que abarca praticamente todos os campos da atividade humana. É natural que essa agenda ocupe periodicamente, como tem ocorrido, a atenção dos Presidentes.

Minhas conversações com o Presidente Sanguinetti, desde que cheguei ontem a Montevidéu, e a reunião conjunta que realizamos esta manhã no Edifício Libertad, com a participação dos Ministros de nossos gabinetes, são um claro testemunho da intensidade e maturidade do relacionamento entre o Brasil e o Uruguai.

Tivemos a oportunidade de passar em revista a pauta cada vez mais ampla e positiva do relacionamento bilateral. Do balanço dessas conversações fica-me a certeza de que tem frutificado o empenho de meu Governo e do Governo do Presidente Sanguinetti em conferir às relações entre o Brasil e o Uruguai uma dimensão ampliada de dinamismo e produtividade.

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, sabem todos os Senhores o quanto me orgulho de ter sido membro do Congresso Nacional brasileiro, tendo dali partido para o desafio de diferentes cargos no Poder Executivo. Nas funções que ocupei, no Itamaraty, no Ministério da Fazenda e, sobretudo, agora na Presidência da República, tenho procurado privilegiar o diálogo com o Parlamento, convencido de que é no processo de viva e constante interação entre o Executivo e o Legislativo que ganha densidade a autêntica prática democrática.

A democracia mudou os destinos desta América, tal como previra Rodó, uma das grandes contribuições do Uruguai à inteligência do

nosso continente. A mesma luta ancestral entre o espírito de Ariel e o gênio de Caliban travou-se na América ao longo deste século, opondo a democracia e o autoritarismo, e trava-se ainda hoje opondo a modernidade e o progresso social às forças do conservadorismo e do privilégio.

Consagra-se o processo democrático pela convergência dos objetivos de bem comum que deve caracterizar tanto a atuação do Executivo quanto o processo legislativo. Ao mesmo tempo, a diversidade política e regional que se expressa na representação legislativa enriquece o debate sobre os temas nacionais e promove garantias adicionais de defesa dos interesses e dos direitos de todos os cidadãos.

É no Parlamento que se pode aferir o pulso da nação e é no Parlamento que encontram eco e caminho político e legal as grandes aspirações da cidadania. É aqui que a pluralidade e a força das manifestações de uma sociedade democrática encontram seu ponto de convergência natural, no aprendizado de uma convivência baseada na tolerância e no respeito ao outro. É na prática legislativa que se realiza, quotidianamente, a grande síntese do processo democrático: o debate aberto dos temas de interesse nacional, com a vitória da vontade política das maiores e o respeito aos direitos das minorias.

O Parlamento do Uruguai, tal como o Congresso brasileiro, é um vigoroso exemplo dessa grande convergência nacional que se expressa no Legislativo.

Todo o espectro político e ideológico se encontra aqui representado, reconciliado pelo processo de democratização.

A resposta para os desafios que enfrentam nossos países, e sobre os quais se debruçam o Executivo e o Legislativo, deve ser encontrada sob inspiração dos valores fundamentais da nacionalidade, da solidariedade e da modernidade.

Enfrentamos no Brasil a tarefa inadiável de promover ao mesmo tempo o fortalecimento dos valores democráticos e da cidadania, a justiça social, o desenvolvimento econômico e as reformas necessárias para uma inserção eficiente na economia mundial, preservando os princípios de solidariedade no interior de nossa sociedade.

Senhores Parlamentares, os senhores sabem, por sua prática cotidiana, que, sem esse diálogo, sem esse debate - freqüentemente em tons fortes -, é impossível chegar a um resultado que tenha apoio na sociedade. Quantas vezes escutei, no caso do Brasil, a queixa de que o Parlamento não avança com a velocidade necessária. Às vezes, nos momentos de maior tensão, até o Presidente se associa a essas vozes. Mas a reflexão aconselha prudência, pois de pouco vale um avanço feito por um dos Poderes - qualquer que seja ele - sem que os demais convalidem as decisões e sem que estas sejam a expressão da vontade da nação. Freqüentemente, esta se forma sem que exista propriamente um objetivo pré-determinado, e ao encaminhar-se um processo político, através de várias instâncias de decisão, a proposta inicial aparece modificada no final. No entanto, essa mudança, que às vezes é criticada pelas pessoas como urna “negociação” - entre aspas -, opondo falsamente a negociação à força pura dos valores, é a própria democracia.

A democracia envolve essa capacidade de negociação, com a condição de que esta ocorra em plena luz do dia. E na política, a luz do dia é o Parlamento. Quando a negociação se apresenta e se pratica no âmbito do Parlamento; quando ela tem o respaldo da opinião pública e da informação que os meios de comunicação oferecem a todo o país, aí, sim, os avanços se consolidam e os resultados são mais seguros.

No caso do Brasil, foi-me atribuída a responsabilidade de conduzir a modernização do País e as reformas que propus, com o espírito que assinalei aqui: o de atender à justiça social e à solidariedade – palavras fáceis de falar, mas extremamente difíceis de cumprir. Mais ainda, porque não se trata apenas de uma questão de vontade, seja do Presidente, de um partido, de vários partidos ou de várias pessoas. É mais do que isso: trata-se da possibilidade de que as mudanças se realizem. Por outro lado, se nos fixarmos apenas no possível, a mudança não irá muito longe. É necessário forçar os limites do possível. Por isso, é imprescindível que a decisão envolva um elemento utópico, uma vontade que ultrapasse o que é formalmente possível, buscando ir além disso. Porém, esse “além”, quando não é fruto de uma discussão no âmbito da sociedade e canalizada pelo Parlamento, tem sempre o risco de corres-

ponder apenas a uma vontade, que, por melhor que seja o ponto de partida, será fatal no ponto de chegada, porque o que foi proposto não será alcançado, os demais setores da sociedade se oporão e o avanço será ilusório.

Hoje, na América Latina, temos a enorme possibilidade - e por isso venho a esta Casa com muito prazer - de encaminhar no contexto da democracia as soluções de que necessitam nossos países. A democracia hoje está enriquecida e tem como eixo a discussão entre os partidos no Parlamento. Mas não se esgota aí, porque temos uma sociedade cada vez mais dinâmica, cada vez mais organizada, cada vez mais com a vontade de fazer-se presente em distintas formas de organização, além da representação política propriamente dita. Cabe a nós - tanto governantes como parlamentares - liderar e compreender esse processo e, ao mesmo tempo que tomamos decisões que em certos casos são urgentes, ter paciência para que esse tecido que vai se formando corresponda ao sentimento mais profundo de nossos países.

Estou certo, no entanto, de que tanto o Uruguai como o Brasil, depois de tantas lutas contra o autoritarismo, depois de tantas lutas para alcançar uma forma mais moderna e mais dinâmica de democracia, estão em condições de canalizar as grandes aspirações nacionais e, pouco a pouco, transformar efetivamente nossos países. E isso de tal forma que as palavras bonitas - mas que podem parecer vazias -, de justiça e solidariedade encontrem seu fundamento em mudanças econômicas concretas, para que possamos atender de forma eficaz às distintas demandas da sociedade.

Instrumento fundamental desse esforço é o extraordinário projeto do Mercado Comum do Sul, que une o Uruguai e o Brasil, a Argentina e o Paraguai em um empreendimento ao mesmo tempo ambicioso e realista. O Mercosul, prioridade absoluta da política externa brasileira, é a pedra angular sobre a qual estamos construindo a modernidade necessária para enfrentar os desafios e riscos da chamada globalização da economia mundial e para melhor aproveitar as oportunidades que ela gera.

Senhores Parlamentares, em novembro de 1994, ainda como Presidente-eleito, fiz questão de vir ao Uruguai e aos demais países sócios do

Mercosul. Fui recebido pelo então Presidente Luís Alberto Lacalle e tive ocasião de entrevistar-me com os políticos de todos os partidos que então disputavam a Presidência da República.

Na ocasião, deixei clara a meus interlocutores a prioridade que teria para meu Governo a continuidade do processo de integração regional através do Mercosul. Decorridos quase dois anos e meio de meu mandato, os notáveis avanços alcançados no processo de integração confirmam o acerto daquele compromisso de meu governo.

Senhores Parlamentares, sinal eloquente dos resultados extraordinariamente positivos de nosso processo de integração é o forte incremento do intercâmbio comercial entre o Brasil e o Uruguai.

Acompanha-me nesta visita ao Uruguai uma expressiva comitiva empresarial. Tive e terei a oportunidade de participar aqui de encontros com dirigentes empresariais dos dois países, para ouvi-los e transmitir-lhes a minha mensagem de confiança no futuro do Mercosul e das relações brasileiro-uruguaias.

Vossa Excelência, Senhor Presidente, tem prestado uma contribuição pessoal relevante à tarefa de estreitamento de nossas relações e de aproximação de nossas comunidades empresariais.

A viagem que fez a Brasília, ao Maranhão, a Pernambuco e à Bahia, em novembro do ano passado, conduzindo expressiva missão de empresários uruguaios, teve significativos resultados concretos.

Na ocasião, Vossa Excelência teve também a oportunidade de inaugurar o Consulado-Geral do Uruguai no Centro Histórico de Salvador, numa iniciativa destinada a dinamizar os contatos deste país com toda a região nordeste do Brasil, cada vez mais integrada no projeto do Mercosul.

Sua visita ao Brasil retribuía a do Vice-Presidente Marco Maciel a Montevideu em agosto de 1996. Também ele se fez acompanhar de um grupo de empresários brasileiros, em visita de importante significado político e positivos resultados concretos.

Com freqüência cada vez maior, delegações empresariais, Ministros e Governadores brasileiros – os mais recentes dos quais os Governadores da Bahia, do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais – têm visitado o

Uruguai para reafirmar nosso compromisso com o fortalecimento do relacionamento bilateral e do processo de integração e para abrir novos horizontes para o intercâmbio entre nossos países.

A presença, em minha comitiva, dos Governadores do Rio Grande do Sul e de Sergipe tem um significado muito especial e reafirma o interesse e a participação ativa dos estados na concretização de nossos objetivos de integração.

Será com vistas a agilizar as oportunidades de negócios entre nossos países que assinaremos amanhã um acordo bilateral destinado a facilitar as atividades empresariais, outorgando um tratamento privilegiado e mais ágil aos homens de negócio do Brasil e do Uruguai interessados em estabelecer empresas no território do país vizinho.

Quero acrescentar que nos aproximamos de um acontecimento muito importante, que será a Conferência de Belo Horizonte sobre a Alca, que é o projeto de integração hemisférica. Do ponto de vista do Governo brasileiro - e eu já expressei isso em diferentes ocasiões, assim como o Chanceler Lampreia já o fez no Brasil -, é fundamental que os países que compõem o Mercosul tenham uma visão comum nessas negociações, que aprofundemos ainda mais a relação entre Uruguai e Brasil, entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai e os demais países. Desse modo, quando nas discussões de Belo Horizonte se proponha o tema da integração hemisférica, poderemos saber com clareza qual é nosso interesse e de que forma será alcançado por meio dessa integração mais ampla. O ponto de vista do Brasil é conhecido, e eu o reafirmo aqui, porque acredito que, nesse assunto, estamos nos aproximando de momentos históricos.

Construímos o Mercosul e, ao ampliá-lo para o Chile, a Bolívia e, talvez, no futuro, a Venezuela, assumimos um compromisso que tem a ver com nossa história, com nossa geografia e com nossos interesses. Estamos prontos para abrir negociações com outros arranjos de integração, como já o fizemos com a União Européia. Desses negociações, resultou um acordo entre o Mercosul e a União Européia, que foi muito importante, não somente pelo aspecto comercial e econômico em geral, mas também porque envolve uma negociação política com a Europa.

Com esse mesmo espírito o Brasil encarárá a discussão sobre a Alca sobre a integração hemisférica, com a consciência da importância de que este hemisfério tenha uma relação de paz, que exista aqui a democracia como um valor, que se promova o bem-estar dos povos, na educação, na saúde, na previdência social e em tudo o que realmente faz a vida cotidiana de nossos povos. Encaramos a integração hemisférica sob essas dimensões, mas acreditamos que, no que se refere a tarifas e às negociações comerciais, devemos discutir ponto por ponto qual é o ganho eventual, que vantagem há para cada um dos países envolvidos. Acreditamos que o passo necessário para que essa negociação tenha mais força é a consolidação do Mercosul.

Para nós, a integração não é algo que se resuma simplesmente a uma discussão tarifária. As tarifas são muito importantes para os empresários e para os governantes, mas interessam pouco ao povo, que quer muito mais do que tarifas. O povo está interessado em valores, em seu modo concreto de vida e em como repercutirão sobre a sua vida as negociações que estejamos fazendo ou que venhamos a fazer.

É com esse espírito que iremos à reunião de Belo Horizonte. Isso também é parte de meu empenho pessoal, e de meu Governo, nesta visita ao Uruguai - assim como nas conversas que mantive com os Presidentes da Argentina e do Paraguai, Doutor Menem e Engenheiro Wasmoy. Acredito que o momento histórico que se aproxima exige de todos nós - que temos uma parcela de responsabilidade nas decisões nacionais - uma consciência muito aguda das oportunidades, que são muitas, na proposta de integração hemisférica, mas também dos riscos e dos prazos necessários para que os riscos se transformem em oportunidades.

Faço questão de deixar bem claro, aqui, meu pensamento sobre essa matéria.

Senhores Parlamentares, no que diz respeito à relação direta entre Uruguai e Brasil, a integração entre nossos países tem seu ponto de partida na convivência secular e pacífica das populações fronteiriças. Através da colaboração quotidiana, nossas cidades e comunidades na área de fronteira respondem com dinamismo e criatividade às questões derivadas do crescimento urbano e da modernização da vida local.

A convivência solidária na região de fronteira tem antecipado, muitas vezes, os esquemas mais formais de cooperação que os governos sacramentam mais tarde em iniciativas políticas e jurídicas.

O Presidente Julio Maria Sanguinetti e eu iremos amanhã à região da fronteira comum entre nossos dois países, visitando as cidades de Rivera e Santana do Livramento, conjunto urbano binacional que simboliza a singularidade da convivência harmônica entre nossas comunidades.

Lá teremos a oportunidade de assistir à assinatura de um ajuste complementar ao convênio Brasil-Uruguai para a fixação do Estatuto Jurídico da Fronteira.

O ajuste complementar deverá tornar mais rápida e desimpedida a implementação do instrumento jurídico original, adotado em 1933, ajudando a responder de forma ágil e eficaz a questões de interesse direto para nossas comunidades que vivem de um lado e de outro da fronteira.

São muitas essas questões: saneamento, fornecimento de água potável e de energia elétrica, comunicações postais e telefônicas, serviços de saúde pública, proteção do meio ambiente e melhoria do transporte urbano.

Também será assinado amanhã um ajuste complementar ao acordo de cooperação para o aproveitamento dos recursos naturais do rio Quaraí, de interesse direto para a cooperação na região fronteiriça.

Tem funcionado ativamente a estrutura institucional criada pelos Governos uruguai e brasileiro para facilitar o entendimento bilateral e o desenvolvimento nas áreas da fronteira comum, sob a supervisão da Comissão Geral de Coordenação, presidida pelos Chanceleres de ambos os países.

A comissão para o desenvolvimento conjunto das áreas fronteiriças e da comissão técnico-diplomática está tratando com seriedade dos temas de cooperação bilateral em matéria de meio ambiente.

Um grupo de trabalho está encarregado de elaborar um plano de desenvolvimento urbano conjunto para as cidades de Rivera e Santana do Livramento.

Com os novos comitês que congregam as cidades de Bella Unión e Barra do Quaraí e as homônimas cidades de Aceguá, são agora seis os comitês de fronteira que irmanam cidades na fronteira entre o Brasil e

o Uruguai e facilitam a discussão de propostas por parte das autoridades e comunidades locais.

A integração física entre Brasil e Uruguai constitui uma prioridade importante de nossas relações bilaterais. O adensamento e aperfeiçoamento da malha rodoviária que une o Brasil ao Uruguai e a interconexão energética entre os nossos países são fundamentais para o continuado sucesso do Mercosul. Integração econômica e comercial, integração física e integração energética são três dimensões inseparáveis de um mesmo processo político e econômico.

Em janeiro deste ano, tive a satisfação de receber o Presidente Julio Maria Sanguinetti em Brasília para a cerimônia de assinatura dos contratos para a construção em Rivera de uma estação conversora que possibilitará a interligação das nossas redes elétricas.

Uma nova e importante etapa no projeto da integração entre o Brasil e o Uruguai será a conexão entre as redes elétricas dos dois países, uma iniciativa notável de cooperação binacional, para a qual os estudos técnicos estão adiantados.

O acordo de cooperação cultural assinado pelos Ministros Luiz Felipe Lampreia e Álvaro Ramos deverá ser complementado com um novo acordo, voltado para a cooperação no campo educacional.

Em matéria de educação, área de importância vital para o Brasil, temos muito a aprender com o Uruguai, que desde cedo soube atribuir-lhe a necessária prioridade, alcançando índices que são um exemplo para toda a nossa região do mundo.

É com razão que os uruguaios recordam com orgulho a atuação pioneira de José Pedro Varela, o grande promotor da educação pública neste país, que percebeu com clareza que a educação é o principal instrumento de promoção social do cidadão e da democratização de nossas sociedades.

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, nossos países são parceiros privilegiados, compartilham valores fundamentais, como o apego à democracia, a defesa dos direitos humanos e ideais de maior justiça social. Nossa história comum está sendo escrita com a confiança reciproca e a franqueza dos amigos que sabem como cuidar e preservar a sua amizade.

Esta tarde, um jornalista me perguntava sobre como pode dar-se nossa relação, se não haveria um certo grau de assimetria entre um país com as dimensões do Brasil e um país menor, como o Uruguai. Claro está que a pergunta implicava outras hipóteses sobre o que o Brasil espera do Uruguai. Eu respondi que o Brasil precisa do Uruguai, que o Mercosul precisa do Uruguai, assim como do Paraguai. O Mercosul não poderia existir apenas com os países de maior dimensão geográfica ou de maior porte econômico. Por quê? Porque para um país como o Brasil, que inegavelmente é grande, com um Produto Bruto de centenas de bilhões de dólares, uma aproximação com outro país que não estivesse baseada na reciprocidade, no respeito absoluto da igualdade entre os Estados nacionais e das peculiaridades culturais e humanas de cada país o impediria de desempenhar qualquer tipo de papel relevante na região.

Nossa força moral vem de vocês, da capacidade de convivência dentro do respeito mútuo. O Uruguai é o país onde a liberdade existe não somente como algo desejado pela cidadania, mas também como uma aspiração universal, como um sentimento, como algo que está inserido na cultura e no comportamento da cidadania. Isso nos ensina que um país do tamanho do Uruguai tem algo a contribuir, não só para o Brasil, mas em termos universais.

A relação, que pode parecer assimétrica em favor do Brasil, resulta, na realidade, igualitária, quando se comprehende que se o Brasil não se der conta da importância das diferenças, e do respeito às diferenças, no mundo contemporâneo, para que os povos possam unir-se, de nada nos serviria o nosso tamanho, a não ser como demonstração daquilo que não queremos ser: arrogantes. Ao contrário, aprendemos com o Uruguai, o Estado que nasceu entre Brasil e Argentina - e todos sabem como nasceu -, aprendemos com vocês e lhes agradecemos por essa capacidade enorme que faz com que, sendo poucos, sejam muitos, porque colocaram, na mente de cada um dos que governamos os países maiores e no coração de nossos povos, esse sentimento de que a força não deriva do tamanho, mas da convicção. E o Uruguai é a convicção da liberdade.

Por tudo isso, agradeço-lhes muito.

Muito obrigado.